

O enigma do suicídio: um problema moral em Marx, Durkheim e Freud

The enigma of suicide:
a moral problem in Marx, Durkheim and Freud

Ícaro Gomes Silva

Universidade Federal do Ceará

riseandfalloficaro@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/5831803738607100>

Resumo

O artigo tem o objetivo de discutir as concepções do suicídio nas obras *Sobre o suicídio* de Karl Marx (com “coautoria” de Jacques Peuchet), *O suicídio* de Émile Durkheim e *Luto e melancolia* de Sigmund Freud. Podemos afirmar que ao longo da história da filosofia o tema foi trabalhado de duas maneiras: como uma questão moral e como uma questão existencial. As discussões sobre o suicídio se intensificaram entre o final do século XVIII e início do século XIX. Enquanto muitos trabalhos se concentraram nas consequências morais do ato suicida, outros pesquisadores se questionaram acerca da natureza das forças que atravessam o indivíduo ao ponto de levá-lo ao autoextermínio. Em suas concepções, Marx, Durkheim e Freud evitaram o determinismo e recusaram associá-lo ao pecado, noção defendida pela filosofia moral cristã. No entanto, este artigo sustenta a tese de que estes três autores continuaram operando no “eixo da moralidade”, apresentando o suicídio como um problema moral: é justamente a moral que permite uma enunciação teórica sobre o suicídio e o que os diferencia é, muito mais, um posicionamento diferenciado em relação à moral do que uma inovação radical da abordagem.

Palavras-chave

Suicídio; Moral; Marx; Durkheim; Freud.

Abstract

The article aims to discuss the suicide conceptions in the following works: Karl Marx's *Peuchet: vom Selbstmord* (with “co-author” Jacques Peuchet), Émile Durkheim's *Le suicide* and Sigmund Freud's *Trauer und melancholie*. We can say that throughout the history of philosophy the theme was worked in two ways: as a moral and as an existential question. Discussions about suicide intensified between the late eighteenth and early nineteenth century. While many studies have focused on the moral consequences of suicidal act, other researchers questioned about the nature of the forces that cross the individual to the point of self-extermination. In their conceptions, Marx, Durkheim and Freud avoided determinism and refused to associate suicide to the sin notion advocated by the Christian moral philosophy. However, this article supports the thesis that these three authors continued operating in the “morality axis” and presented suicide as a moral problem: it is precisely the moral that allows a theoretical enunciation about suicide and what sets them apart is, much more, a differentiated position in relation to moral than a radical innovation of the approach.

Keywords

Suicide; Moral; Marx; Durkheim; Freud.

1. Introdução

O suicídio é um problema moral? Se sim, os limites desta moralidade estão limitados ao corpo do suicida ou possuem uma abrangência maior? Albert Camus, em *O mito de Sísifo*, afirmou o suicídio como “um problema filosófico verdadeiramente sério” (2002, p. 13). Podemos afirmar que ao decorrer da história da filosofia o tema foi trabalhado de duas maneiras: como uma *questão moral*, quando procuravam exaltá-lo ou desprezá-lo, e como uma *questão existencial*,

quando o confrontavam com indagações sobre a vida, a morte e a liberdade no objetivo de lançar uma nova luz sobre o ser.¹ Nada impede que as duas formas sejam trabalhadas mutuamente tendo em vista a dificuldade em entregar uma resposta, mesmo que parcial, ao polêmico tema do autoextermínio. Afinal, existiria algum fim mais trágico que o irreversível ato do suicídio?²

No ensaio intitulado *O problema moral do suicídio*, o filósofo alemão Paul Ludwig Landsberg (1901-1944) realizou uma reflexão sobre o tema a partir de uma perspectiva cristã. O autor destacou o fato de que em todas as teologias morais, sejam católicas ou protestantes, o suicídio não é admitido em hipótese alguma. Não se trata, portanto, de uma simples aversão como encontramos entre os platônicos, os órficos ou os budistas, mas de uma condenação absoluta: “O sagrado horror ao suicídio é um fenômeno exclusivamente cristão” (Landsberg, 2009, p. 66). Neste contexto, o suicídio surge como um problema moral por evidenciar uma *tentação* generalizada imanente à natureza humana que, para Landsberg, funciona como uma força que impulsiona o homem à perfeição e ao processo de evolução moral. A filosofia moral e a oposição radical do cristianismo frente ao suicídio pressupõem a existência desta tentação e este conflito que “consiste, justamente, em dirigir um ser livre que pode agir de outro modo” (Landsberg, 2009, p. 68). É por isto que a discussão filosófica deste tema acaba tencionando, quase sempre, com o problema da liberdade: a “morte livre” surgiu, ao decorrer da história da filosofia e da teologia, como um dos grandes problemas do pensamento moral.

A infinidade de possibilidades do ser instável, inteligente e imperfeito, que somos, encontra-se na base de toda problemática moral. Um problema moral autêntico é sempre o imenso problema do homem visto por certo lado. Poucos fatos caracterizam tão profundamente o abismo da liberdade e a força da reflexão pela qual o homem se torna, de certo modo, mestre de seus atos e de sua existência. Por isso é que o homem vive *com o* problema moral, e vive também *com o* problema da morte voluntária. Essa tentação, de que já falamos, pertence à vertigem de sua perigosa liberdade (Landsberg, 2009, p. 68-69).

Tomás de Aquino (2005b, p. 140), na *Suma Teológica*, trabalhou o suicídio como uma questão moral ao afirmá-lo como um pecado mortal e ilícito, um atentado contra a caridade e a natureza (STh. II, q. 64, a. 5). Sua perspectiva ganhou evidência na Igreja Católica e na educação durante a Idade Média, logo se estendendo para o âmbito da vida privada e da jurisprudência. No entanto, sua influência no meio jurídico não ocorreu de forma meramente arbitrária. A ética tomista se funda conforme o alicerce do direito natural, pressupondo três tipos de leis: a lei eterna, a lei natural e a lei humana (STh. II, q. 96, a. 3-5). A lei natural é vista como uma decorrência da lei divina e uma participação da lei eterna no homem, concebido como criatura racional; neste contexto, a condição privilegiada da razão humana deve procurar aproximar-se

¹ Além destas, também há a vertente contemporânea da filosofia analítica como uma outra proposta de estudo de temas que envolvem a moral, da morte e do suicídio. Preferimos não citá-la no corpo do texto por se tratar, muito mais, de uma abordagem diferenciada das mesmas questões (contraposta ao que os filósofos analíticos chamam de “filosofia continental”), além de não abranger o período histórico dos três autores que este artigo relaciona (Cf. Luper, 2010).

² A palavra “suicídio” é formada pelos termos *sui* (a si mesmo) e *caedere* (matar), mas sua origem não remete ao latim clássico e muito menos ao grego. Alguns autores defendem que foi utilizada somente no século XVII pelo escritor Thomas Browne (1605-1682), em 1642, e outros afirmam o teólogo Juan Caramuel y Lobkowitz (1606-1682) como o seu precursor, em 1656 (Puente, 2008). A palavra começou a se popularizar no século XVIII, quando o abade francês René Desfontaines (1750-1831) passou a utilizá-la para substituir a expressão “morte voluntária” (Teixeira, 1947). Puente (2008, p. 14) ainda destaca a impossibilidade de o vocábulo ter existido no latim clássico, visto que não havia o uso de pronomes com prefixos.

deste direito eterno, da ordem do divino. Mais especificamente, o pensamento tomista envolve um *jusnaturalismo teológico* que se apoia na concepção de livre-arbítrio do homem.³

A abordagem do suicídio como um problema moral também persistiu, em parte, devido à tendência da tradição filosófica em procurar, através do raciocínio apodítico, fundamentações *a priori* para defender ou não uma conduta humana específica, algo que ganhou força, sobretudo, a partir do kantismo. As perspectivas foram as mais diversas ao longo da história da filosofia: divergindo da ética tomista, as reflexões de David Hume (2008) não evidenciaram nenhuma razão para o suicídio ser considerado um ato imoral ou criminoso, visto que o autoextermínio não causa nenhum malefício à sociedade; e Schopenhauer, por sua vez, rebelou-se contra todos os aspectos moralistas associados ao suicídio, ao ponto de exaltá-lo em uma das passagens de *Parerga e Paralipomena*: “Em resumo, constar-se-á que tão logo o homem tenha compreendido que os terrores da vida ultrapassam os terrores da morte, ele porá fim a sua vida” (Schopenhauer, 2008, p. 154).

Giddens (2001) afirma que o suicídio foi um assunto de intenso debate no século XVIII, mas devido ao influente julgamento cristão, a maior parte dos trabalhos se concentrou nas consequências morais do ato suicida. Somente entre o final do século XVIII e o início do século XIX os escritores começaram a atentar para as taxas de suicídio na Europa, que cresciam de forma acelerada. As perspectivas foram as mais diversas: consideravam o suicídio como o resultado de transtornos mentais, da raça, da hereditariedade, do clima, da temperatura, e até mesmo da imitação; outros, ainda fortemente ligados a uma noção do suicídio como um problema moral, também consideravam o divórcio, o crime, o alcoolismo e a delinquência (Giddens, 2001; Durkheim, 2000). Nesta época, a preocupação dos pesquisadores em apontar as causas determinantes do suicídio com o auxílio de dados estatísticos foi crescente em diversas áreas de conhecimento, inclusive nas ciências humanas (como na sociologia e psicologia), que ainda procuravam fundamentar uma metodologia própria que as distinguissem da tradição filosófica. Qual a natureza das forças que atravessam o indivíduo ao ponto de levá-lo ao autoextermínio? A pergunta permanece, até hoje, um enigma se considerar a pluralidade dos acontecimentos e dos sentidos subjetivos que podem envolver tal ato. Não se trata de apontar uma causa única e universal, mas de averiguar as diferentes perspectivas, suas contribuições e seus limites. Giddens (2001) demarcou que *De l'hypochondrie et du suicide*, publicado pelo psiquiatra francês Jean-Pierre Falret (1794-1870) em 1822 foi uma das primeiras pesquisas amplas sobre o assunto. A investigação contemplou tanto as causas internas, que na compreensão de Falret estavam associadas a transtornos mentais hereditários, como também as causas externas, focando na variação das taxas de suicídio entre os diferentes grupos.

Após *De l'hypochondrie et du suicide*, surgiu grande número de trabalhos sobre o suicídio escritos por autores franceses, alemães e italianos. Talvez os mais influentes tenham sido os de Guerry (1933), Lisle (1856) e Legoyt (1881) na França; Quételet (1835, 1848) na Bélgica; Wagner (1864) e Masaryk (1881) na Alemanha, bem como Morselli (1879) e Ferri (1833) na Itália. E havia muitos outros. Em termos pura e simplesmente de volume material, o suicídio deve ter sido uma das questões sociais mais discutidas no século XIX (Giddens, 2001, p. 230).

Halbwachs (1930) chegou a enumerar 3.771 trabalhos sobre o assunto até 1930, mas a maior parte das investigações científicas parecia apontar as anormalidades psíquicas como um fator determinante e necessário para a explicação do fenômeno (Teixeira, 1947). Publicado em 1838, *Maladies mentales* apresentou uma formulação definitiva do suicídio através do psiquiatra

³ A antropologia filosófica tomista concebe o homem como dotado de livre-arbítrio, o qual se caracteriza como um princípio pelo qual se julga livremente, escolhendo, aceitando ou rejeitando (STh. I, q. 83, a. 3). Tomás de Aquino (2005a) argumenta que a inexistência do livre-arbítrio humano se torna injustificável frente à existência dos conselhos, das exortações, das recompensas e dos castigos (STh. I, q. 83, a. 1).

francês Jean-Étienne Esquirol (1772-1840), servindo de base para a fundação da psicopatologia contemporânea. Inspirado em Philippe Pinel (1745-1826), Esquirol compreendia a tendência suicida como o sintoma de um transtorno mental,⁴ de tal forma que a distribuição dos suicídios em uma determinada população determinaria a distribuição de enfermidades mentais (Giddens, 2001). Esta relação de causalidade iria perdurar até mesmo durante o século XX, sendo continuamente reafirmada pela psiquiatria, que resistiu às perspectivas sociológicas e psicanalíticas da época. O sociólogo britânico ainda defende que a tese psiquiátrica significou, “em parte, uma clara sobrevivência da crença de que o suicídio constituía inspiração diabólica, visão que, sob a influência da igreja, adentrou o século XVIII” (Giddens, 2001, p. 231).

Dado o contexto de produção das obras, a pesquisa aproxima três concepções do suicídio⁵ elaboradas entre 1846 do século XIX e 1917 do século XX: *Sobre o suicídio* de Karl Marx (2006), com “coautoria” de Jacques Peuchet, *O suicídio* de Émile Durkheim (2000), e *Luto e melancolia* de Sigmund Freud (1974). A originalidade destes autores repousa no fato de se oporem, ao mesmo tempo, ao critério da moral cristã e ao julgamento determinístico da psiquiatria para tratar da morte autoinfligida. Mas foi só aparentemente que o suicídio deixou de ser tratado como uma questão moral. O artigo desenvolve uma análise conceitual e procura defender a tese de que mesmo rompendo com as concepções anteriores, estas três perspectivas continuaram operando no que podemos chamar de “eixo da moralidade”: é justamente a moral que lhes permite argumentar sobre o suicídio e articular uma teoria. Portanto, não se pretende uma transfusão de conceitos entre a teoria marxiana, a sociologia funcionalista de Durkheim e a psicanálise de Freud, visto que as três correntes, apesar de possuírem pontos teóricos convergentes, são epistemologicamente distintas. Por outro lado, também não se pretende defender uma perspectiva como melhor ou pior do que a outra; o que o artigo pretende demonstrar, ressaltando as diferenças, é que cada perspectiva teórica acabou se distinguindo muito mais por um *posicionamento singular em relação à moral* do que por uma ruptura radical com a abordagem que concebe o suicídio como um “problema moral”.

2. O enigma do suicídio em Marx (e Peuchet)

No mesmo ano da publicação de *Maladies Mentales* também foi publicado na França o livro de memórias do arquivista criminal Jacques Peuchet (1758-1830), que apresentava uma concepção social e refinada do suicídio em um capítulo intitulado *Du suicide et des ses causes*. Exatamente oito anos depois, Karl Marx (1818-1883) publicaria um artigo na revista alemã *Gesellschaftsspiegel* referenciando o capítulo e fazendo de Peuchet o seu coautor.⁶ O texto *Sobre o suicídio*, de 1846, é composto de passagens de *Mémoires tirés des archives de la police de Paris: pour servir à l'histoire de la morale et de la police, depuis Louis XIV jusqu'à nos jours*, as memórias póstumas do ex-arquivista

⁴ Durkheim (2000, p. 33) destaca que Esquirol não considerava o suicídio como um transtorno mental em si, mas uma “sintomática”: o comportamento ou a tendência suicida seria um efeito necessariamente ligado a uma doença mental, que deveria ser diagnosticada pelo médico psiquiatra.

⁵ A ideia de relacionar as concepções teóricas do suicídio em Marx, Durkheim e Freud surgiu a partir da leitura do texto de Eric A. Plaut (1999) publicado na coletânea de artigos *Marx on suicide*, organizada conjuntamente com Kevin Anderson. Em seu artigo, intitulado *Marx on suicide in the context of other views of suicide and his life*, Plaut situou a proposta de Marx no “meio caminho” entre as concepções de Durkheim e Freud. Plaut, entretanto, não procurou apresentar a moral como eixo comum entre os três autores, apesar de ter oferecido apontamentos – por exemplo, ao mencionar que Freud utilizava o termo “masoquismo moral” em sentido não sexualizado para se referir aos indivíduos que agridem a si mesmos (Plaut, 1999, p. 35).

⁶ Marx havia escrito *Peuchet: vom Selbstmord* (publicado no Brasil com o título de *Sobre o suicídio*) no final de 1845. Na época, estava vivendo na Bélgica após ter sido expulso da França em janeiro daquele ano devido as restrições e perseguições do governo prussiano. Em 1846, o texto seria publicado na pequena revista alemã *Gesellschaftsspiegel* (“Espelho da sociedade”, em tradução livre), na qual seu colaborador e amigo Friedrich Engels (1820-1895) esteve envolvido (Anderson, 1999). O texto das *Memórias* de Peuchet é, até hoje, considerado um clássico de alto valor literário: um dos casos narrados no livro serviu de contexto básico para trama de *O conde de Monte Cristo*, do romancista francês Alexandre Dumas (Löwy, 2006).

da Polícia parisiense sob a Restauração, Jacques Peuchet. Apesar de pouco conhecido, são vários os motivos para considerá-lo como parte integrante da obra marxiana: além de tê-lo assinado, Marx selecionou os excertos da tradução alemã, anexou uma introdução, modificou e comentou algumas passagens. Era de seu costume preencher seus cadernos de anotações com excertos deste tipo, mas este foi o único publicado com a sua assinatura. Sua credibilidade, no entanto, permanece ofuscada devido à temática inusitada e curiosa.

Através de Peuchet, Marx nos convida a refletir sobre o suicídio. As modificações operadas pelo filósofo alemão no texto original foram mínimas, o que nos possibilita induzir que não há oposição entre Marx e Peuchet. O escrito pode, portanto, ser estudado de forma homogênea com relação ao seu conteúdo, que converge com o restante da obra de Marx ao apresentar uma severa crítica à sociedade burguesa (Löwy, 2006).

Marx demonstrou-se bastante interessado pelas elaborações da crítica social francesa, em especial, aos apontamentos das contradições da vida moderna. Estes apontamentos não se limitaram aos socialistas franceses, mas também estiveram presentes na literatura, especialmente na escola do romantismo e nas memórias. Marx manifestou, certa vez, ter aprendido muito mais sobre a sociedade burguesa nas narrativas de Balzac do que em centenas de tratados econômicos (Löwy, 2006, p. 15). Neste ponto, o filósofo alemão parece não estar procurando delimitar as fronteiras de um campo específico para uma ciência social, mas em se aproximar de uma perspectiva literária com elementos convenientes para movimentar o seu próprio pensamento. Além disso, não é preciso ser um escritor socialista para criticar a ordem estabelecida, nem para vivenciar incidentes que realcem as mazelas de uma determinada conjuntura social e histórica (Marx, 2006).

A escolha de Marx pelas memórias de Peuchet, publicadas postumamente em 1838, também se deve ao fato de seus apontamentos serem precisos e originais, com “descrições dotadas de um calor vital imediato” (Marx, 2006, p. 21), e que através do fenômeno do suicídio, destacam uma sociedade suplicando por uma transformação radical. É de se esperar que a crítica marxiana ao suicídio leve em consideração fatos como a miséria, a exploração da classe trabalhadora, a brusca queda dos salários, a negação de oportunidades de trabalho ou a exoneração de funcionários, que impedem ou dificultam as famílias de obterem os meios necessários para a subsistência. De fato, todos esses pontos supracitados foram considerados, mas a sutil mistura Marx/Peuchet nos apresenta uma crítica social que ultrapassa a questão econômica do modo de produção capitalista e se conduz para uma crítica da natureza desumana do seu modo de existência, evidenciando a presença de mecanismos opressivos para além do aspecto econômico. Através dos quatro casos narrados por Peuchet, derivados das experiências de quando ele assumia o cargo de arquivista da Polícia de Paris, Marx defende o suicídio como um fato tão presente no gênero humano, e com causas tão diversas, que nem mesmo pertencer a uma classe economicamente privilegiada é capaz de evitá-lo.

Na introdução, Marx ironiza os filantropos burgueses defensores de que as mazelas da humanidade podem ser resolvidas apenas dando pão e educação aos proletários, “como se somente os trabalhadores definhassem sob as atuais condições sociais” (2006, p. 22). Marx (2006, p. 24) e Peuchet (1838, p. 117) também contrapõem o pensamento moralista de Madame de Staël (1766-1817), escritora e figura política defensora do Iluminismo francês que afirmava o suicídio como uma ação antinatural e sinônimo de covardia. Ora, mas o suicídio não ocorreria com tanta frequência se fosse antinatural – contra estas concepções, o texto de Marx/Peuchet expõe o drama cotidiano de indivíduos que, sem encontrar meios para lidar com a dor, terminaram cometendo suicídio. Partindo da vida privada, os autores acabam desvelando personalidades egoístas, ambiciosas, hostis e individualistas, próprias da sociedade moderna ocidental. Aqui, o conflito não é concebido somente entre as classes sociais, mas também dentro da vida privada e

familiar. O próprio aumento dos casos de suicídio deve ser visto como um “notório protesto contra esses desígnios ininteligíveis” (Marx, 2006, p. 26). Outros grupos étnicos – por exemplo, os tártaros e os berberes – não apresentavam taxas de suicídio tão elevadas como as da Europa. Podemos afirmar que, na perspectiva marxiana, o suicídio é um dos sintomas da luta social: está na natureza da sociedade moderna gerar muitos suicídios.

O primeiro caso narrado por Peuchet conta a história de uma jovem que passou a noite anterior ao dia do seu casamento fora da casa de seus pais, com o seu noivo. Na manhã seguinte, os pais a receberam furiosamente e lhe chamaram dos mais vergonhosos nomes. Sem conseguir lidar com a situação, a jovem correu para o rio Sena e mergulhou na água, afogando-se. Marx (2006) aponta a intolerância e o mau uso da autoridade como a causa deste suicídio. O segundo caso conta a história de outra jovem que foi afastada do convívio social por seu marido (*o senhor Von M...*) ao ponto de se tornar, praticamente, sua escrava. Os autores destacam que o Código Civil serviu como um artífice de amparo e autorização para o marido manter a mulher acorrentada como parte de sua propriedade. Levada ao desespero, a moça cometeu suicídio. O marido estava claramente louco e possuído por uma vertigem de ciúmes: “o ciumento pode amar”, afirma Marx (2006, p. 42), “mas o amor é para ele apenas um sentimento extravagante; o ciumento é antes de tudo um proprietário privado”.

O terceiro caso narrado por Marx conta a história de outro drástico fim de uma mulher: grávida, e sem conseguir realizar um aborto, põe fim a própria vida. E o quarto e último caso narra a história de um homem que, ao ser afastado do trabalho, cai em profundo desânimo e se mata. Em seu bolso foram encontradas uma carta e documentos pessoais; sua esposa era costureira, e suas duas filhas trabalhavam com ela. O suicida, sem conseguir arrumar um emprego para ser financeiramente útil à família, acreditou ser sua obrigação moral privar-se da vida para aliviá-las da sobrecarga. Todos os quatro casos de Peuchet convergem com o restante da obra de Marx ao realçar a necessidade de uma reforma total na ordem social e no sistema de produção (industrial e agrícola), além de reafirmar que o vasto objetivo emancipador do socialismo – transformador não apenas de uma ordem econômica, mas também de uma ordem ética (Marx, 2006, p. 50).

Marx (2006) ainda destacou que os suicídios com causa direta na miséria estão cada vez mais raros, cedendo lugar às hostilidades conscientes dos roubos e dos assassinatos, ou resultando em delinquência e prostituição. O insólito texto também acaba sendo uma antecipação de temas como o direito ao aborto e o feminismo, pois acaba configurando um poderoso manifesto contra o machismo e a opressão das mulheres na vida privada (Jinkings, 2006; Löwy, 2006). Apesar dos critérios utilizados por Jacques Peuchet na seleção das ocorrências serem desconhecidos, três dos quatro casos narram o suicídio de mulheres – desta forma, o escrito faz sobressair a imagem de mulheres (proletárias e burguesas) como vítimas de um poder que não foi derrubado pela Revolução francesa, isto é, a autoridade familiar fundada sob o poder masculino.⁷

⁷ Podemos traçar algumas comparações entre o texto de Marx e *A dócil*, narrativa fantástica (mas também de alto teor realista) de Fiódor Dostoiévski (1821-1881), que foi publicada em 1876 na Rússia. Inspirado por uma onda de suicídios que varria São Petersburgo e, especialmente, por um triste caso divulgado nos jornais que contava a história de uma costureira em condições de miséria que se atirou do quarto andar abraçando um ícone da Virgem Maria, Dostoiévski criou uma novela que entrelaçava informação e experiência como uma forma de provocar os leitores (Nikitin, 2011). A novela desenrola um embate psicológico e sentimental de um homem que precisa lidar com a morte da moça com quem morava. “Eu não paro de andar e querer esclarecer tudo para mim. Pois já faz seis horas que eu quero ver claro e não encontro meio de juntar as ideias num ponto fixo” (Dostoiévski, 2011, p. 19). O rapaz chegou em casa cinco minutos após a “dócil” órfã de dezesseis anos incompletos, com quem morava, cometer o ato fatal do suicídio. Até o dia seguinte, ele não deixaria de lembrar-se das suas atitudes violentas e do seu papel de opressor na relação; entretanto, apesar da evidente culpa, o personagem tenta justificar suas atitudes hostis e

3. Durkheim e o suicídio: uma sociologia da moral

Pouco mais de cinquenta anos após a publicação de *Sobre o suicídio*, o sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917) publicou um trabalho inteiramente dedicado ao assunto. *O suicídio: estudo de sociologia*, de 1897, é um trabalho empírico que aplica as ferramentas metodológicas definidas em *As regras do método sociológico*, de 1894, e alguns conceitos apresentados em *Da divisão do trabalho social*, de 1893. Como destacado previamente, o problema do suicídio vinha sendo intensamente discutido desde o final do século XVIII. O estudo de Durkheim não apresentou muitas novidades quanto à correlação de dados estatísticos e os resultados obtidos, de tal forma que sua inovação repousa na maneira como conseguiu mobilizar sua própria metodologia para a composição de uma teoria sociológica minimamente concisa (Giddens, 1981, p. 29). A pesquisa se consagrou como o trabalho sociológico mais importante sobre o tema e, mesmo assim, foi um trabalho amplamente criticado, sobretudo no uso de dados estatísticos de segunda mão e nos diversos anacronismos cometidos pelo autor (Baudelot e Establet, 1986).

Após definir um conceito preciso⁸ ao seu objeto de estudo, Durkheim (2000) discorre com certa profundidade a bibliografia que contemplou o suicídio como o resultado de fatores extra-sociais, dentre os quais configuram as disposições orgânicas, psíquicas – onde analisa a classificação entre suicídio maníaco, melancólico e obsessivo proveniente da psiquiatria –, climáticas e sazonais. Para o autor, nenhum destes fatores é suficiente para a explicação do fenômeno. Mas como explicar o suicídio, que aparenta ser um caso imprevisível, singular e individual, como algo social e coletivo? Durkheim resolve o problema usando a noção de “fato social”, tal como a definiu em *As regras do método sociológico*. Em suma, o fato social, que também é um fato moral, possui as seguintes características: 1) deve ser tratado como coisa, no sentido de ser um objeto do conhecimento que não é imediatamente apreendido pela inteligência, e que requer um exercício mental de exteriorização para ser compreendido; 2) é exterior ao indivíduo, de tal forma que lhe escapa a consciência, pois está para além da consciência individual; 3) é composto por formas de agir, pensar e sentir coletivas que, por serem externas, exercem um poder coercitivo sobre o indivíduo (Durkheim, 1999). O conjunto destas formas – de agir, pensar e sentir – moldam o indivíduo a partir do social, compondo o que o autor chamou de “consciência coletiva”. A consciência coletiva se encontra em oposição à consciência individual e por isto possui o atributo de coerção que envolve, também, uma consciência moral. “Um caso típico da coerção social é a obrigação moral” (Giddens, 1981, p. 25). Entretanto, a consciência coletiva desempenha um duplo papel: é simultaneamente coercitiva e necessária para a formação, adequação e permanência do indivíduo em seu grupo social.

Neste movimento, o suicídio escapa ao destino individual e à imprevisibilidade para se inscrever na ordem de uma produção coletiva e previsível, que caracteriza a sociedade. Tendo em vista que o fato social age “de fora para dentro” dos indivíduos e possui a característica de ser inconsciente – não no sentido psicanalítico, mas no sentido de escapar a instância da consciência individual, pois os indivíduos se encontram tão imersos neles (nos “fatos sociais”)

transferir todas as responsabilidades para a defunta, sem conseguir sair de seu papel de tirano: “E o principal é que eu então a olhava como sendo *minha* e não duvidava do meu poder” (Dostoiévski, 2011, p. 27).

⁸ Percebendo que o extermínio de si pode ser provocado tanto por atos como por omissões, Durkheim procurou fixar uma definição mais segura do suicídio levando em consideração a intencionalidade do indivíduo: “Chama-se de suicídio todo o caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato positivo ou negativo praticado pela própria vítima, ato que a vítima sabia dever produzir este resultado” (Durkheim, 2000, p. 14). Assim, o sociólogo francês efetua uma distinção entre duas espécies de morte distintas: a morte intencional, quando o indivíduo é conseqüente em relação aos seus atos, e a morte acidental, quando o indivíduo não é ou não está em condições de medir as conseqüências de suas ações. Em seu ensaio, Landsberg chegou a criticar a noção durkheimiana de suicídio como “ampla demais”, pois “não distingue entre o ato de não fugir da morte e o ato de se infligir a morte” (Landsberg, 2009, p. 72). Para o filósofo alemão, a distinção é necessária por considerar os indivíduos que se matam com o objetivo de evitar outro tipo de morte, cujos exemplos históricos podemos citar: os suicídios nas prisões da Inquisição espanhola (para evitar que fossem queimados vivos) e nas prisões da Revolução francesa (para evitar a guilhotina).

que não conseguem se distanciar imediatamente ao ponto de distingui-los com clareza. “Um indivíduo, portanto, é apenas um elemento de uma totalidade, uma unidade de um sistema muito maior” (Giddens, 1981, p. 25). Nesta perspectiva, Durkheim nos apresenta uma compreensão claramente holística do social: o coletivo é mais do que a soma das partes, pois o fato social possui uma natureza distinta, não se confundindo com as suas unidades independentes. Este fato social (que também é um fato moral) pode ser estudado, conhecido e compreendido, ou simplesmente julgado, como faz o pensamento que não procede por observação e empiria (Durkheim, 1994).

De fato, se, em vez de enxergá-los apenas como acontecimentos particulares, isolados uns dos outros e cada um exigindo um exame à parte, considerarmos o conjunto dos suicídios cometidos numa determinada sociedade durante uma determinada unidade de tempo, constataremos que o total assim obtido não é uma simples soma de unidades independentes, uma coleção, mas que constitui por si mesmo um fato novo e *sui generis*, que tem sua unidade e individualidade, por conseguinte sua natureza própria, e que, além do mais, essa natureza é eminentemente social (Durkheim, 2000, p. 17).

Durkheim (2000, p. 10) também define que a explicação sociológica deve seguir o método comparativo, ao ponto de perceber as nuances e estabilidades de um determinado fato social. No caso do suicídio, as taxas permanecem razoavelmente estáveis de ano para ano em qualquer país e, apesar de apresentarem bruscas variações ocasionais, a tendência permanece a mesma no âmbito dos diferentes grupos sociais. “Ficou amplamente demonstrado que os índices de suicídio variam por sexo, idade e estado civil, bem como época do ano, dia da semana e hora do dia” (Giddens, 2001, p. 231).

O argumento que Durkheim usou para a classificação dos suicídios não pode ser cabalmente compreendido sem uma breve compreensão dos conceitos fundamentais presentes em *Da divisão do trabalho social*. Este estudo anterior, de 1893, focou na moralidade⁹ e na solidariedade, fatores essenciais para a manutenção de uma unidade e coesão social. Ambos os temas são frequentes em toda a obra de Durkheim – pensador que podemos denominar, sem qualquer dúvida, de “sociólogo da moral”¹⁰ – e a mesma perspectiva foi adotada em *O suicídio*.

⁹ O pensamento de Immanuel Kant (1724-1804) influenciou diretamente as obras Émile Durkheim (1858-1917), apesar do sociólogo francês sempre ter procurado ultrapassá-lo: é algo que podemos constatar no livro *As formas elementares da vida religiosa*, de 1921, no qual Durkheim procurou superar a epistemologia kantiana através de uma sociologia do conhecimento. A concepção durkheimiana de moral, por sua vez, se distingue radicalmente da proposta pela ética kantiana: o pensamento filosófico de Kant trabalha com a noção de um indivíduo predisposto à moralidade antes de atravessar qualquer experiência, ou seja, aprioristicamente, pois depende de um sujeito transcendental dotado de razão e cuja consciência moral se manifesta através do imperativo categórico (Kant, 2007); Durkheim, por sua vez, trabalha com uma perspectiva estritamente sociológica, concebendo a moralidade do indivíduo apenas a partir de um complexo processo de socialização, do qual a consciência moral é um efeito. Em *Educação e sociologia*, Durkheim (2011, p. 110) deixa clara a necessidade de socialização ao defender o pedagogo como uma “entidade moral” capaz de retirar o indivíduo de um estado puramente egoísta e lançá-lo em uma instância superior, capaz de levar uma vida social em coesão com seu grupo. Em termos gerais, toda a obra durkheimiana gira em torno de uma “moral teórica” que não equivale ao método como os filósofos de sua época costumavam a trabalhar: ao invés de efetuar uma reflexão abstrata e conceitual acerca do “dever ser”, ou procurar resolver os problemas éticos deduzindo princípios *a priori*, Durkheim partiu de observações empíricas para analisar os códigos morais nas instituições de sua época (Giddens, 1981, p. 13), e esta tendência pode ser igualmente observada em seu estudo acerca do suicídio.

¹⁰ Parto da perspectiva de que Durkheim sempre se dedicou ao estudo da moral, procurando torná-la uma ciência positiva. Isto fica claro no artigo *La science positive de la morale en Allemagne* (publicado no Brasil como livro e sob o título de *Ética e Sociologia da Moral*), publicado na *Revue philosophique* em 1887, onde Durkheim empreendeu uma profunda revisão bibliográfica acerca das principais escolas de ciência moral na Alemanha de sua época, levando em consideração filósofos, juristas, economistas, sociólogos e psicólogos – com destaque ao pensamento de Adolph Wagner, Gustav von Schmoller, Rudolf von Ihering e Wilhelm Wundt. No artigo já podemos perceber uma série de concepções que só seriam desenvolvidas com maior profundidade na década seguinte com a formalização de seu pensamento sociológico, dentre elas: as metáforas organicistas, quando fala da moral como “uma energia espontânea com que toda célula, tecido e órgão desempenha em sua própria função e colabora para a saúde coletiva do

Além disto, é importante destacar que a manutenção da coesão social é necessária, em parte, porque o sociólogo francês concebe a sociedade como uma unidade orgânica: seus escritos de juventude são recheados de metáforas organicistas, concepção derivada da biologia que interpreta o social como um sistema de partes diferenciadas, dotadas de funções específicas, e que formam um todo coeso e harmônico. A análise durkheimiana é, portanto, funcionalista e está “estritamente ligada à sua tentativa de proporcionar critérios para distinguir a normalidade da patologia social” (Giddens, 1981, p. 28). Giddens (2001) ainda destaca que Durkheim está, em parte, seguindo os estatísticos morais do século XIX, dentre os quais figuravam o demógrafo belga Adolphe Quételet (1796-1874). Estes pesquisadores coletavam dados estatísticos sobre suicídio, assassinato, prostituição, divórcio e ilegitimidade para compará-los com dados demográficos e para medir a “densidade moral” de uma sociedade específica, tal como suas variações.

Muitos autores atribuíram o incremento geral dos índices de suicídio à dissolução da ordem social tradicional e à transição para a civilização industrial, com seus efeitos concomitantes de aumentar a racionalidade e o individualismo – explicação próxima da elaborada mais tarde por Durkheim (Giddens, 2001, p. 231).

Em *Da divisão do trabalho social*, Durkheim (1999) abordou o alto grau de especialização das sociedades contemporâneas, fenômeno observado nas mais diversas ocupações sociais – políticas, judiciárias, administrativas e econômicas. Mas como fica a moral e solidariedade em uma conjuntura histórica que privilegia a personalidade individualista? O autor estuda com profundidade os códigos legais da sociedade moderna para dar conta da aparente antinomia: ele acaba definindo que não se trata de uma absoluta contradição, mas de uma gradual transformação. Para Durkheim a “solidariedade mecânica”, definida como predominante em sociedades simples ou tradicionais, estava se transformando em outra ordem moral, predominante em sociedades complexas ou modernas, que denominou de “solidariedade orgânica”. Ambas se distinguem pelo grau de desenvolvimento da consciência coletiva e individual: enquanto na solidariedade mecânica “a coletividade domina o indivíduo, e há apenas um desenvolvimento rudimentar da autoconsciência individual” (Giddens, 1981, p. 16), na solidariedade orgânica há um alto grau de individuação. Neste sentido, Durkheim acreditava que a coesão social nas sociedades modernas se daria de outra forma: em uma concepção bastante otimista, seria baseada em relações de troca e cooperação, na medida em que os indivíduos precisariam cada vez mais uns dos outros para suprir as limitações provocadas pela excessiva especialização e fragmentação do trabalho.

O *suicídio* é uma nova etapa na aplicação desta mesma perspectiva funcionalista. Partindo do método comparativo, Durkheim (2000, p. 10) destaca algumas observações derivadas de dados estatísticos para conceituar três tipos de suicídio, uma tipologia claramente baseada nas relações entre indivíduo e sociedade (família, exército, escola, grupo religioso, trabalho...). Percebendo que indivíduos protestantes têm maior propensão ao suicídio em comparação com indivíduos católicos e/ou judeus, o autor relaciona esta tendência com a característica individualista do culto reformado, cujas crenças e práticas comuns não impõem uma consciência coletiva com a mesma eficácia do catolicismo e do judaísmo. O autor também percebe que indivíduos casados com idades acima de vinte e cinco anos se suicidam menos do

organismo” (Durkheim, 2006, p. 41); a noção, retomada em *As formas elementares da vida religiosa* (1912), de que os costumes sociais possuem sua origem em práticas religiosas; e a concepção de que a moral se relaciona com todos os fatos sociais (econômicos, jurídicos...). Durkheim (2006) também pontuou que todas as escolas de moral haviam praticado o mesmo método: a dedução. Mesmo quando partiam de uma moral intuitiva, a qual toma uma verdade *a priori* por princípio, ou uma moral dita indutiva, que partia dos fatos da experiência: ambas seguiam, como ciência, deduzindo a implicação e as consequências dessas primeiras premissas, uma vez postuladas. O sociólogo francês também defendeu que a “ciência da moral” ainda estava em seu início, e que chegaria o dia em que a sua teoria seria capaz de regular a prática.

que indivíduos solteiros com a mesma idade; a causa deste fato não estaria no matrimônio em si, mas no próprio grupo familiar, responsável por manter elos de integração e coesão com o indivíduo. Desta forma, o autor conceitua o suicídio egoísta como o resultado de uma individuação excessiva.

Mas se “uma individuação excessiva leva ao suicídio, uma individuação insuficiente produz os mesmos efeitos” (Durkheim, 2000, p. 269). O sociólogo francês destaca os casos em que o indivíduo se sacrifica em obediência a alguma norma social, moral ou religiosa, para conceituar um segundo tipo: o suicídio altruísta. Ao contrário do suicídio egoísta, o autoextermínio deste tipo não é provocado por um ego que não se confunde com outra coisa além dele próprio, mas pela predominância de uma conduta externa rigorosa e coercitiva que sacrifica o indivíduo. Este tipo, segundo o autor, era mais frequente nas sociedades simples ou tradicionais, onde o grau de consciência coletiva era maior e as regras morais não eram tão fragmentadas. Entretanto, há um meio nas sociedades contemporâneas em que o suicídio altruísta predomina de maneira considerável: o exército. Durkheim percebe que “a disposição dos militares para o suicídio é muito superior à da população civil da mesma idade” (2000, p. 285). A lealdade e a abnegação, que em última análise possuem como fim último a preservação do próprio social – de sua ordem, suas regras, sua moral e suas hierarquias – influenciam o suicídio tanto quanto o desligamento de relações com o coletivo. Para propor uma última tipologia, Durkheim salientou que as taxas de suicídio aumentam consideravelmente em períodos de flutuação econômica. A correlação destes dados foi usada para definir um terceiro e último tipo de suicídio: o anômico. Próprio das sociedades modernas e das organizações complexas, um exemplo claro deste tipo são os casos em que o indivíduo é lançado para uma situação econômica inferior a qual possuía, e acaba exigindo mais do que as mediações sociais podem lhe oferecer. Baudelot e Establet (1986, p. 10) ainda destacam que a marca do suicídio anômico é, fundamentalmente, uma crise repentina que suspende a moral e os laços sociais que mantinham a coesão social anteriormente.

4. Freud e o problema da melancolia

Ao final do século XIX outra grande teoria estava sendo inaugurada na Europa, entre críticas e aprovações, pelo psiquiatra austríaco Sigmund Freud (1856-1939). A psicanálise não lançou mão de dados estatísticos como fez a sociologia durkheimiana, mas podemos afirmar o laço social e o afeto como um objeto de estudo em comum entre ambas. Focando no sujeito, seus desejos e suas inter-relações, Freud estudou o investimento libidinal do indivíduo e sua conexão com o aparelho psíquico.

Podemos encontrar o tema do suicídio repercutindo na obra freudiana desde o início. No breve ensaio *Contribuições para uma discussão acerca do suicídio*, de 1910, Freud (1970) atentou para a necessidade de uma análise mais rigorosa dos processos afetivos na melancolia, comparando-a com o afeto do luto. O empreendimento foi realizado em *Luto e melancolia*, de 1917, texto em que a temática do suicídio atinge seu auge na teoria freudiana. Logo no início do texto, Freud (1974b) destacou que o conceito de “melancolia” possui significados diversos na psiquiatria, e que suas causas são frequentemente associadas a um problema físico, de natureza orgânica. Procurando delinear as diferenças entre o afeto normal do luto e o estado melancólico, Freud (1974b, p. 275) correlacionou os conceitos e afirmou as seguintes semelhanças: ambos são uma reação à perda de um ente querido ou uma abstração que ocupou uma posição de afeto com relação ao sujeito (o país, a liberdade, um ideal...); um desânimo profundo acomete o sujeito, marcando a perda do interesse no mundo e nas coisas, incluindo a perda da capacidade de estabelecer relações amorosas e uma inibição das atividades quotidianas. No entanto, há uma característica em particular que diferencia os dois processos: na melancolia há uma diminuição do sentimento de autoestima, pois envolve da produção de um sentimento negativo

em relação ao próprio eu. “No luto, é o mundo que se torna pobre e vazio; na melancolia é o próprio ego” (Freud, 1974b, p. 278).

A diminuição da autoestima não está presente no luto: após um momento de confronto com a realidade, em que o sujeito percebe que o objeto amado não existe mais ou que a relação se desfez, é necessário exigir que todas as ligações libidinais anteriormente estimuladas sejam retiradas e realojadas para o ego. Mas o abandono da posição libidinal nunca é realizado instantaneamente: no entremeio deste delicado processo, as lembranças e expectativas relacionadas ao objeto perdido são trazidas à tona, reavivadas e hipercatexizadas. O processo de desligamento da libido se realiza lentamente com relação a cada uma destas expectativas e memórias até que o sujeito consiga encontrar um objeto substituto ao investimento libidinal. Este é, inclusive, um dos motivos pelo qual Freud (1974b, p. 267) considera improvável considerá-lo como proveniente de causas patológicas.

Quando o processo de desligamento se conclui, o ego fica outra vez livre e desinibido. Entretanto, o processo não se conclui de forma satisfatória na melancolia. Freud (1974b, p. 277) destaca que o melancólico não sabe afirmar conscientemente o que foi perdido: até pode ter uma noção de “quem perdeu”, mas não “o que foi perdido” com este alguém. Não se realizando por completo, o trabalho interno do melancólico acaba consumindo o próprio ego na forma de autoacusação e autorrecriminação. Freud (1974b, p. 280) afirma que isto ocorre porque as autorrecriminações são, na verdade, recriminações feitas ao objeto amado perdido que foram deslocadas deste objeto para o ego do próprio paciente.

Não é difícil reconstruir esse processo. Existem, num dado momento, uma escolha objetal, uma ligação da libido a uma pessoa particular; então, devido a uma real desconsideração ou desapontamento proveniente da pessoa amada, a relação objetal foi destroçada. O resultado não foi o normal – uma retirada da libido desse objeto e um deslocamento da mesma para um novo –, mas algo diferente [...] (Freud, 1974b, p. 281).

Freud defende que a relação do ego com o objeto perdido no melancólico pode acabar gerando um delírio de inferioridade, sobretudo moral. Se, por um lado, no afeto do luto o objeto perdido é declarado morto e o ego é incentivado a viver novamente, na melancolia o ego deixa de se tratar como um sujeito e passa se conceber como o próprio objeto perdido, se degradando e se enfurecendo consigo mesmo, por assim dizer, matando-se.

O paciente representa seu ego para nós como desprovido de valor, incapaz de qualquer realização e moralmente desprezível; ele se repreende e se envilece, esperando ser expulso e punido. Degrada-se perante todos, e sente comiseração por seus próprios parentes por estarem ligados a uma pessoa tão desprezível. Não acha que uma mudança se tenha processado nele, mas estende sua autocrítica até o passado declarando que nunca foi melhor. Esse quadro de um delírio de inferioridade (principalmente moral) é completado pela insônia e pela recusa a se alimentar, e – o que é psicologicamente notável – por uma superação do instinto que compele todo ser vivo a se apegar à vida (Freud, 1974b, p. 278).

Apesar desta característica recriminatória, Freud também destaca que o sentimento de vergonha não é comum no sujeito com melancolia. O que ocorre é um traço praticamente oposto: “uma insistente comunicabilidade, que encontra satisfação no desmascaramento de si mesmo” (Freud, 1974b, p. 279). Podemos afirmar que o que ocorre no melancólico é uma exacerbação da consciência moral, que devora o ego; ou seja, a visão negativa de si presente na melancolia e seu posicionamento autoacusativo, na verdade, dizem respeito ao objeto amado que fora perdido, e o sujeito melancólico constantemente comunica este processo afetivo perverso e perturbador.

As contribuições ao tema do suicídio não se limitaram apenas aos textos freudianos supracitados, mas todas reverberam em maior ou menor grau com a questão da moralidade.

Em *O problema econômico do masoquismo*, de 1924, o psicanalista diferenciou três formas de masoquismo: o erógeno, o feminino e o moral. Aqui, o masoquismo foi tratado como uma questão inversa ao sadismo e a terceira tipologia – o masoquismo moral – evidencia “o sadismo intensificado do superego a que o ego se submete” (Freud, 1969b, p. 210). Ainda cabe destacar que o delicado processo pelo qual o melancólico passa opera em conjunto com o conceito de “identificação”, desenvolvido em *Sobre o narcisismo: uma introdução*. Neste texto de 1914, Freud toma o narcisismo como uma extensão da teoria da libido, reivindicando o seu lugar no curso do desenvolvimento sexual humano natural. Desta forma, ele não afirma o narcisismo como uma perversão, na qual uma pessoa trata o seu próprio corpo da mesma maneira que trata o corpo de um objeto sexual, mas como “o complemento libidinal do egoísmo do instinto de autopreservação” (Freud, 1974a, p. 90). O autor observa que no caso da esquizofrenia a libido afastada do mundo externo é direcionada ao ego, dando margem a uma atitude narcísica, com os traços hipervalorativos da megalomania (Freud, 1974a, p. 91). Entretanto, Freud não considera esta megalomania como uma manifestação nova, mas como a ampliação de uma condição que já existia previamente: trata-se de um narcisismo secundário que surge através da indução de catexias objetais,¹¹ mas que está sobreposto a um narcisismo primário – associado ao desenvolvimento do próprio ego –, que foi obscurecido por diversas influências. Destarte, Freud (1974a, p. 92) forma a ideia de que há uma “catexia libidinal original” do ego e que partes desta são transmitidas a objetos. O autor também percebe, em linhas gerais, a presença de uma *antítese* entre a libido original do ego e a libido objetal (que atinge sua fase mais elevada, por exemplo, quando um determinado indivíduo se apaixona, desistindo de sua personalidade em favor de uma catexia objetal), pois quanto mais uma é estimulada, mais a outra se esvazia.

Freud defende que o amor pelo objeto se instala na identificação narcísica, sendo um investimento possível da libido associado ao que o próprio ego é, o que o próprio ego foi, o que ele gostaria de ser ou alguém que um dia foi parte dele mesmo.¹² Assim como o amor, o ódio também pode se dirigir ao objeto que fora substituído anteriormente – neste caso, o próprio ego –, atacando-o de maneira sádica e buscando estimular o seu sofrimento. Foi neste sadismo que Freud encontrou sua resposta ao enigma do suicídio, mas foi somente no texto *O ego e o id*, de 1923, que o “agente crítico” que divide o ego e lhe dirige um conteúdo sádico recebeu o nome de superego, passando a compor a tríade do modelo psíquico (id, ego e superego). Destarte, o melancólico dirige o sadismo do superego, a instância da consciência moral, ao objeto que anteriormente fez parte do seu ego mediante o processo de identificação, no qual o objeto amado se instalou dentro do ego.

5. Conclusão

A discussão procurou salientar que, apesar de claramente distintas, as concepções de Marx, Durkheim e Freud possuem a “moralidade” como o eixo fundamental. É, justamente, a moral que permite uma enunciação teórica sobre o suicídio nestes três autores. Ao mesmo tempo, os três evocam novas formas de se trabalhar com a moralidade: nenhuma regra moral definida através da razão que deva, obrigatoriamente, comandar o espírito; também não defendem a ausência destas regras, mas procuram estudá-las como um dado. Não tratando a moral através

¹¹ A catexia (ou fixação) objetal envolve a libido do sujeito, enquanto energia psíquica, que é enviada ao mundo externo em rápidos impulsos periódicos ou, no caso da catexia libidinal narcísica, redirecionada ao próprio ego. Freud (1969a, p. 43) ainda chegou a considerar em *O ego e o id* que o processo de identificação implica em uma constante alteração do ego e do seu caráter, pois ele introjeta traços do objeto na medida em que estas catexias objetais são induzidas.

¹² Mais especificamente, Freud chegou a definir dois tipos de investimentos amorosos pelo objeto em seu escrito *Sobre o narcisismo*: o primeiro acompanha a identificação narcísica e o segundo, denominado de “tipo analítico ou de ligação” (Freud, 1974b, p. 107), envolve a escolha objetal associada a quem investiu de alguma forma neste ego (quem cuidou ou quem lhe deu atenção).

de um plano conceitual *a priori* ou de uma ética filosófica em sua compreensão clássica, cada um apresentou um posicionamento distinto para concebê-la.

Pode-se afirmar que o jovem Marx, ao propor uma reflexão filosófico-social e fundamentar uma crítica da moral na sociedade burguesa, acabou invertendo (mesmo que não intencionalmente) alguns pressupostos da ética tomista. Basta lembrar que Tomás de Aquino afirmou o suicídio como ilícito por ser uma ofensa à caridade e a comunidade a qual o indivíduo pertence. Esta condição de ilicitude, que acabou sustentando grande parte do discurso jurídico do século XVIII e, segundo Giddens (2001), chegou a influenciar a noção determinística da psiquiatria, também foi sustentada pela suposta condição de livre-arbítrio do homem. A crítica de Marx/Peuchet parece contrariar esta concepção ao demonstrar que o suicídio não é um ato imoral *por si mesmo*; ele é, antes, um resultado, um efeito que provém de uma moral depreciada, corrompida pelo modo de existência e de subjetivação próprio das sociedades capitalistas.

Em outras palavras, não é o suicida que ofende a caridade e a comunidade: ela já está ofendida, e o ato do suicídio é uma resposta a esta condição. Em Marx, também fica claro que os limites da moralidade não estão restritos ao corpo do suicida como na moral tomista: o suicídio não é o ponto de partida para a “desregulação” moral e coletiva; é, antes, o resultado de um poderoso fluxo capitalista fundamentado nas lógicas de mercado que produz uma “moral mesquinha” com subjetividades autoritárias, avarentas, ciumentas e individualistas, que procuram eliminar o outro. Desta forma, os autores efetuam uma verdadeira inversão valorativa na maneira de conceber a moral relacionada ao suicídio.

Durkheim, por sua vez, lançou mão de dados estatísticos para demonstrar que as condições sociais mantêm uma relação estreita com os índices de suicídio. Sua sociologia concebe a moral como um importante elemento de análise que mede o grau de unidade e de coesão dos indivíduos. Tentou torná-la um dado científico, mensurável: tornar a moral uma ciência positiva. Entretanto, a moral permanece impossível de ser mensurada: diz respeito aos afetos, está associada à consciência coletiva e as formas coletivas de agir, pensar e sentir – qualquer valor numérico atribuído a isto será meramente hipotético e aproximativo. Deve-se frisar que a moral durkheimiana não envolve necessariamente um sentido pejorativo: ao contrário, abrange um sentido positivo, pois é justamente o fornecimento das formas coletivas que possibilita o indivíduo se desenvolver e se relacionar dentro de um grupo social. Assim, Durkheim privilegiou um equilíbrio entre o grau de individuação e de coletivização, de onde fundamenta os três tipos de suicídio (o egoísta, o altruísta, o anômico).

Rompendo com noções deterministas e evitando cair em um psicologismo, Marx e Durkheim demonstram *a importância do social para a manutenção do indivíduo vivo*. Freud, por fim, enriqueceu a discussão teórica sobre o suicídio ao apresentar o estado melancólico e suas relações afetivas. O homem enfermo, em estado de luto, retira as suas catexias libidinais do ambiente de volta para o seu ego, e as põe novamente para fora quando se recupera. O mesmo não ocorre com o melancólico, que permanece atacando o seu ego de forma sádica. Neste autor, encontramos outro sentido, outro posicionamento, diante da moral: *é a moral como culpa*. Aproxima-se da noção de suicídio altruísta de Durkheim: a autodestruição do indivíduo é provocada pelo direcionamento excessivo da consciência moral – posteriormente definida como “superego” na teoria freudiana – ao próprio eu, ao ponto de consumi-lo.

Este artigo procurou demonstrar que o “enigma do suicídio” foi sendo respondido, nestas três concepções, como um “problema moral”. Não no mesmo sentido das perspectivas anteriores, mas em sentidos contextuais ao arcabouço teórico dos próprios autores: a inversão da valoração moral no contexto das sociedades capitalistas (Marx/Peuchet), a moral como o que entrega unidade e coesão ao social (Durkheim) e a moral como culpa (Freud). Poderíamos afirmar, conforme estas condições, o suicídio como um problema eminentemente moral? Isto é, poderia esta observação delinear uma forma de organizar e estudar grande parte das pesquisas

sobre o suicídio na filosofia e nas ciências? Por mais que aparentemos nos afastar das concepções anteriores, mais o suicídio se apresenta como um problema moral. Sabemos, como observado no início deste artigo, que o suicídio também pode ser visto como um “problema existencial” (o que não o afasta muito da questão da moralidade), mas as contribuições acerca do assunto permaneceram até hoje, de certa forma, estanques. Puentes (2008, p. 10) observou que ao longo da história da filosofia as discussões acerca do suicídio (sem desconsiderar as diferenças históricas e culturais que permeiam os séculos) não sofreram muitas alterações. Tal como as questões fundamentais da existência, pode-se afirmar que não avançamos muito em uma resposta sobre este tema. Entretanto, a proposta aqui não é entregar uma resposta definitiva ao assunto, pois ganharemos mais na busca por novos elementos, novos prismas, que nos possibilitem deslocar o pensamento e contemplar os casos em suas peculiaridades. Marx/Peuchet, Durkheim e Freud repensaram o suicídio em sua época e entregaram uma resposta ao seu “enigma”, evitando as concepções anteriores que procuravam considerá-lo como correto ou errado, bom ou mau, virtuoso ou dissoluto. Não pretendemos defender, evidentemente, uma perspectiva como melhor ou pior para a compreensão do suicídio – tratam-se, antes, de análises complementares de um tema que deve ser avaliado desde o início e constantemente repensado em cada época.

Referências

- ANDERSON, Kevin. Marx on suicide in the context of his other writings on alienation and gender. In: ANDERSON, Kevin; PLAUT, Eric (Eds). *Marx on suicide*. Evanston: Northwest University Press, 1999. p. 03-27.
- AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica*, vol. II. I Parte. Questões 44-119. São Paulo: Loyola, 2005a.
- AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica*, vol. VI. II Seção da II Parte. Questões 57-122. São Paulo: Loyola, 2005b.
- AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica*, vol. IV. I Seção da II Parte. Questões 49-114. São Paulo: Loyola, 2010.
- BAUDELLOT, Cristian; ESTABLET, Roger. *Durkheim et le suicide*. Paris: Presses Universitaires de France, 1986.
- CAMUS, Albert. *O mito de Sísifo*. Ensaios sobre o absurdo. Lisboa: Ed. Livros do Brasil, 2002.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Duas narrativas fantásticas*. A dócil e O sonho de um homem ridículo. Trad. de Vadim Nikitin. 3.ed. São Paulo: Editora 34, 2001.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. Trad. de Eduardo Brandão. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- DURKHEIM, Émile. *O suicídio*. Trad. Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Trad. de Paulo Neves. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- DURKHEIM, Émile. *Sociologia e filosofia*. São Paulo: Ícone, 1994.
- DURKHEIM, Émile. *Sociologia, educação e moral*. Porto: Rés-Editora, 1984.
- DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. Trad. de Stephania Matousek. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- DURKHEIM, Émile. *Ética e sociologia da moral*. Trad. de Paulo Castanheira. 2.ed. São Paulo: Landy Editora, 2006.

- FREUD, Sigmund. O ego e o id. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1969a. p. 13-80.
- FREUD, Sigmund. O problema econômico do masoquismo. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1969b, p. 199-212.
- FREUD, Sigmund. Breves escritos: Contribuições para uma discussão acerca do suicídio. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. vol. XI. Rio de Janeiro: Imago, 1970. p. 217-218.
- FREUD, Sigmund. Sobre o narcisismo: uma introdução. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1974a. p. 89-119.
- FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1974b. p. 275-291.
- GIDDENS, Anthony. *As idéias de Durkheim*. São Paulo: Cultrix, 1981.
- GIDDENS, Anthony. O problema do suicídio na sociologia francesa. In: GIDDENS, A. *Em defesa da sociologia*. Ensaios, interpretações e réplicas. São Paulo: Editora UNESP, 2001. p. 229-244.
- HALBWACHS, Maurice. *Les causes du suicide*. Avant-propos de Marcel Mauss. Paris: Félix Alcan, 1930.
- HUME, David. Do suicídio. In: PUENTE, Fernando Rey (Org.). *Os filósofos e o suicídio*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 109-123.
- JINKINGS, Ivana. Apresentação. In: MARX, Karl. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. p. 07-11.
- KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.
- LANDSBERG, Paul Ludwig. O problema moral do suicídio. In: LANDSBERG, P. *Ensaio sobre a experiência da morte e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2009. p. 65-89.
- LÖWY, Michael. Um Marx insólito. In: MARX, Karl. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. p. 13-19.
- LUPER, Steven. *Filosofia da morte*. Trad. de Cecilia Bonamine. São Paulo: Madras, 2010.
- MARX, Karl. *Sobre o suicídio*. Trad. de Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- NIKITIN, Vadim. Notas do subtexto. In: DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Duas narrativas fantásticas*. A dócil e O sonho de um homem ridículo. 3.ed. São Paulo: Editora 34, 2001. p. 07-10.
- PEUCHET, Jacques. Du suicide et de ses causes (Chapitre LVIII). In: PEUCHET, J. *Mémoires tirés des archives de la police de Paris, depuis Louis XIV jusqu'à nous jours*. Toume IV. Paris: Bourmancé Editeur, 1838. p. 115-182.
- PLAUT, Eric A. Marx on suicide in the context of other views of suicide and his life. In: ANDERSON, Kevin; PLAUT, Eric (Eds). *Marx on suicide*. Evanston: Northwest University Press, 1999, p. 29-40.
- PUENTE, Fernando Rey (Org.). *Os filósofos e o suicídio*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- SCHOPENHAUER, Arthur. Parerga e Paralipomena, cap. 13 (Sobre o suicídio). In: PUENTE, Fernando Rey (Org.). *Os filósofos e o suicídio*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 149-158.
- TEIXEIRA, Napoleão Lyrio. *O suicídio: em face da psicopatologia, da literatura, da filosofia e do direito*. Curitiba: Guaíra, 1947.